

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	114
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	544.383.996
Preferenciais	0
Total	544.383.996
Em Tesouraria	
Ordinárias	8.321.556
Preferenciais	0
Total	8.321.556

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2012	Dividendo	02/03/2012	Ordinária		0,51000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	6.891.221	6.713.398
1.01	Ativo Circulante	300.772	355.777
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	175.159	178.672
1.01.02	Aplicações Financeiras	83.273	52.902
1.01.03	Contas a Receber	1.031	75.497
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.031	75.497
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	112	73.526
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	919	1.971
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.309	48.706
1.02	Ativo Não Circulante	6.590.449	6.357.621
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	824.426	820.359
1.02.01.06	Tributos Diferidos	68	690
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68	690
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	770.083	779.531
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.275	40.138
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	54.043	39.906
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	232	232
1.02.02	Investimentos	5.519.860	5.291.099
1.02.02.01	Participações Societárias	5.519.860	5.291.099
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.519.860	5.291.099
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	6.891.221	6.713.398
2.01	Passivo Circulante	236.937	1.161.284
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	139	128
2.01.02	Fornecedores	30	54
2.01.03	Obrigações Fiscais	24	2.361
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	229.335	1.002.451
2.01.04.02	Debêntures	229.335	1.002.451
2.01.05	Outras Obrigações	7.409	156.290
2.01.05.02	Outros	7.409	156.290
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.996	156.076
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	1.413	214
2.02	Passivo Não Circulante	794.778	1.047
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	793.712	0
2.02.01.02	Debêntures	793.712	0
2.02.04	Provisões	1.066	1.047
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.066	1.047
2.02.04.01.05	Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	1.066	1.047
2.03	Patrimônio Líquido	5.859.506	5.551.067
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	10.275	9.780
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.858	7.075
2.03.04	Reservas de Lucros	1.717.739	1.841.672
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.837.667	1.837.667
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	122.239
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-119.928	-118.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	422.733	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31	193
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	5.097	-4.426

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	228.618	413.426	210.654	399.305
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.895	-4.967	-2.976	-5.681
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.889	4.967	3.108	5.832
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	228.624	413.426	210.522	399.154
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	228.618	413.426	210.654	399.305
3.06	Resultado Financeiro	5.930	13.833	2.983	9.596
3.06.01	Receitas Financeiras	28.480	63.017	37.643	78.853
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.550	-49.184	-34.660	-69.257
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	234.548	427.259	213.637	408.901
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.008	-4.691	-1.053	-3.302
3.08.01	Corrente	-2.011	-4.069	-1.069	-3.334
3.08.02	Diferido	3	-622	16	32
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	232.540	422.568	212.584	405.599
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	232.540	422.568	212.584	405.599
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43000	0,79000	0,40000	0,76000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,44000	0,79000	0,40000	0,76000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	232.540	422.568	212.584	405.599
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.727	9.361	-892	1.906
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	21	-162	809	3.137
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	9.706	9.523	-1.701	-1.231
4.03	Resultado Abrangente do Período	242.267	431.929	211.692	407.505

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	276.649	62.039
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	284.668	73.813
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	422.568	405.599
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades controladas e coligadas	-413.426	-399.154
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	7.515	17.693
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	622	-32
6.01.01.05	Dividendos recebidos de controladas	267.389	49.707
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.019	-11.774
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	7.397	28.471
6.01.02.02	Demais contas a receber (AC)	1.052	-445
6.01.02.03	Fornecedores (PC)	-24	172
6.01.02.04	Salários e encargos sociais (PC)	11	18
6.01.02.05	Obrigações tributárias (PC)	-2.337	8.047
6.01.02.08	Impostos a recuperar (RLP)	-14.137	-40.094
6.01.02.12	Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (RLP)	19	95
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-8.038
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.371	191.517
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	-30.371	11.517
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	0	-320.000
6.02.05	Redução de Capital de Controladas	0	500.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-249.791	-407.915
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	793.485	0
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-800.000	-200.000
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-25.108	-8.038
6.03.04	Dividendos pagos	-272.319	-250.910
6.03.05	Sociedades relacionadas	54.151	51.033
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.513	-154.359
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	178.672	407.704
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	175.159	253.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	20.860	1.837.667	0	-4.233	5.551.067
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	20.860	1.837.667	0	-4.233	5.551.067
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-123.438	0	0	0	-123.438
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-122.239	0	0	0	-122.239
5.04.09	Plano de ações	0	-1.199	0	0	0	-1.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.568	9.361	431.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.568	0	422.568
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.361	9.361
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-162	-162
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.523	9.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-217	0	165	0	-52
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-217	0	217	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-52	0	-52
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-102.795	1.837.667	422.733	5.128	5.859.506

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-68.323	0	0	0	-68.323
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-68.323	0	0	0	-68.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	405.599	1.906	407.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	405.599	0	405.599
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.906	1.906
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.137	3.137
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.231	-1.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-280	0	206	0	-74
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-280	0	280	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-74	0	-74
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-104.966	1.513.920	405.805	-19.094	5.492.438

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	2.391	2.185
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.596	-3.647
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	4.987	5.832
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.391	2.185
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.391	2.185
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	476.443	478.007
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	413.426	399.154
7.06.02	Receitas Financeiras	63.017	78.853
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	478.834	480.192
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	478.834	480.192
7.08.01	Pessoal	2.000	1.714
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.853	255
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.413	72.624
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	422.568	405.599
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	422.568	405.599

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	13.856.440	13.742.739
1.01	Ativo Circulante	6.330.059	6.575.494
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.508.319	1.790.954
1.01.02	Aplicações Financeiras	836.464	916.936
1.01.03	Contas a Receber	2.205.998	2.046.740
1.01.03.01	Clientes	2.184.325	2.026.417
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.673	20.323
1.01.04	Estoques	1.314.424	1.310.132
1.01.06	Tributos a Recuperar	406.457	470.511
1.01.07	Despesas Antecipadas	58.397	40.221
1.02	Ativo Não Circulante	7.526.381	7.167.245
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.444.307	1.333.718
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	118.039	67.244
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.193	7.193
1.02.01.03	Contas a Receber	123.299	119.028
1.02.01.03.01	Clientes	112.032	117.716
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.267	1.312
1.02.01.06	Tributos Diferidos	501.766	510.135
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	501.766	510.135
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	66.298	69.198
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.858	10.144
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	10.368	9.654
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	616.854	550.776
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	109.328	81.395
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	507.526	469.381
1.02.02	Investimentos	15.497	15.419
1.02.02.01	Participações Societárias	15.497	15.419
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	12.654	12.626
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.843	2.793
1.02.03	Imobilizado	4.416.119	4.278.931
1.02.04	Intangível	1.650.458	1.539.177

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	13.856.440	13.742.739
2.01	Passivo Circulante	3.406.224	4.097.776
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	191.070	268.345
2.01.02	Fornecedores	973.982	1.075.103
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	906.897	1.024.697
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	67.085	50.406
2.01.03	Obrigações Fiscais	160.442	148.273
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	160.442	148.273
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	53.016	38.620
2.01.03.01.02	Obrigações tributárias	107.426	109.653
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.954.396	2.304.999
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.715.170	1.300.326
2.01.04.02	Debêntures	237.034	1.002.451
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.192	2.222
2.01.05	Outras Obrigações	64.177	239.176
2.01.05.02	Outros	64.177	239.176
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.450	163.802
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	32.739	55.643
2.01.05.02.05	Receita Diferida	18.988	19.731
2.01.06	Provisões	62.157	61.880
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.626	41.347
2.01.06.02	Outras Provisões	19.531	20.533
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.249	7.251
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	13.282	13.282
2.02	Passivo Não Circulante	4.564.314	4.067.727
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.673.683	3.256.635
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.825.748	3.196.102
2.02.01.02	Debêntures	806.163	19.102
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	41.772	41.431
2.02.02	Outras Obrigações	111.978	103.320
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.872	3.971
2.02.02.02	Outros	108.106	99.349
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	99.553	90.625
2.02.02.02.04	Receita Diferida	8.553	8.724
2.02.03	Tributos Diferidos	74.465	37.980
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.465	37.980
2.02.04	Provisões	704.188	669.792
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	534.569	512.788
2.02.04.02	Outras Provisões	169.619	157.004
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	63.404	60.253
2.02.04.02.04	Benefício pós-emprego	106.215	96.751
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.885.902	5.577.236
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	10.275	9.780
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.858	7.075
2.03.04	Reservas de Lucros	1.717.739	1.841.672

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.837.667	1.837.667
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	122.239
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-119.928	-118.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	422.733	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	31	193
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	5.097	-4.426
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	26.396	26.169

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.048.231	25.449.601	12.187.491	22.993.565
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.037.966	-23.534.916	-11.335.275	-21.315.639
3.03	Resultado Bruto	1.010.265	1.914.685	852.216	1.677.926
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-601.314	-1.167.771	-488.484	-980.092
3.04.01	Despesas com Vendas	-393.404	-770.760	-314.705	-625.025
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-218.882	-415.996	-189.478	-382.212
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.523	23.060	12.520	21.101
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.749	-4.249	3.354	6.093
3.04.05.01	Resultado na venda de bens, líquido	-2.749	-4.249	3.354	6.093
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	198	174	-175	-49
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	408.951	746.914	363.732	697.834
3.06	Resultado Financeiro	-84.899	-147.770	-70.130	-136.505
3.06.01	Receitas Financeiras	54.552	120.861	79.720	165.354
3.06.02	Despesas Financeiras	-139.451	-268.631	-149.850	-301.859
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	324.052	599.144	293.602	561.329
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.038	-173.709	-78.899	-152.444
3.08.01	Corrente	-60.312	-130.437	-62.981	-116.184
3.08.02	Diferido	-29.726	-43.272	-15.918	-36.260
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	234.014	425.435	214.703	408.885
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	234.014	425.435	214.703	408.885
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	232.540	422.568	212.584	405.599
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.474	2.867	2.119	3.286
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43000	0,79000	0,40000	0,76000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,44000	0,79000	0,40000	0,76000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	234.014	425.435	214.703	408.885
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.727	9.361	-892	1.906
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	21	-162	809	3.137
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	9.706	9.523	-1.701	-1.231
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	243.741	434.796	213.811	410.791
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	242.267	431.929	211.692	407.505
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.474	2.867	2.119	3.286

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	810.754	482.212
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.142.120	980.794
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	425.435	408.885
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades coligadas	-174	49
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	329.627	278.220
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	5.725	4.805
6.01.01.05	Despesas com retirada de tanques	-828	-1.235
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	334.307	255.641
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.272	36.260
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	4.249	-6.093
6.01.01.09	Outros	507	4.262
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-251.277	-417.220
6.01.02.01	Contas a receber de clientes (AC)	-157.479	-95.334
6.01.02.02	Estoques (AC)	-3.400	-191.640
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	64.054	-13.905
6.01.02.04	Demais contas a receber (AC)	-1.350	4.205
6.01.02.05	Despesas do exercício seguinte (AC)	-18.176	-13.492
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-101.121	-129.775
6.01.02.07	Salários e encargos sociais (PC)	-77.275	-16.484
6.01.02.08	Obrigações tributárias (PC)	-2.227	30.712
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	69.069	8.236
6.01.02.10	Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (PC)	1.279	2.738
6.01.02.11	Receita diferida (PC)	-743	3.555
6.01.02.12	Benefícios pós-emprego (PC)	0	721
6.01.02.13	Demais contas a pagar (PC)	-23.908	-6.757
6.01.03	Outros	-80.089	-81.362
6.01.03.01	Contas a receber (RLP)	5.684	-11.777
6.01.03.02	Impostos a recuperar (RLP)	-27.933	-42.361
6.01.03.03	Depósitos judiciais (RLP)	-38.145	-36.458
6.01.03.04	Demais contas a receber (RLP)	-9.955	51
6.01.03.05	Despesas antecipadas (RLP)	2.900	-9.317
6.01.03.06	Benefícios pós-emprego (ELP)	9.464	-721
6.01.03.07	Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (ELP)	21.781	46.501
6.01.03.08	Demais contas a pagar (ELP)	10.959	16.333
6.01.03.09	Receita diferida (ELP)	-171	569
6.01.03.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-54.673	-44.182
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-548.447	-260.676
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	29.677	199.589
6.02.02	Venda (Aquisição) de Investimento Líquido	0	-25.511
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-360.929	-324.717
6.02.05	Aumento no intangível	-241.441	-148.730
6.02.06	Receita com a venda de bens	24.246	38.693
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-545.183	-512.637
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	1.581.067	621.797
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-1.637.003	-766.486

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-209.701	-112.664
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil	-2.309	-4.305
6.03.05	Dividendos pagos	-276.424	-250.976
6.03.07	Sociedades relacionadas	-813	0
6.03.08	Aquisição de acionistas não controladores	0	-3
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	241	-393
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-282.635	-291.494
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.790.954	2.642.418
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.508.319	2.350.924

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	20.860	1.837.667	0	-4.233	5.551.067	26.169	5.577.236
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	20.860	1.837.667	0	-4.233	5.551.067	26.169	5.577.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-123.438	0	0	0	-123.438	-2.640	-126.078
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-122.239	0	0	0	-122.239	-2.640	-124.879
5.04.09	Plano de ações	0	-1.199	0	0	0	-1.199	0	-1.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	422.568	9.361	431.929	2.867	434.796
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	422.568	0	422.568	2.867	425.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.361	9.361	0	9.361
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-162	-162	0	-162
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.523	9.523	0	9.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-217	0	165	0	-52	0	-52
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-217	0	217	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-52	0	-52	0	-52
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-102.795	1.837.667	422.733	5.128	5.859.506	26.396	5.885.902

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330	22.253	5.175.583
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330	22.253	5.175.583
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-68.323	0	0	0	-68.323	-107	-68.430
5.04.06	Dividendos	0	-68.323	0	0	0	-68.323	0	0
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	0	0	0	0	0	0	-68.323
5.04.09	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-107	-107
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	405.599	1.906	407.505	3.286	410.791
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	405.599	0	405.599	3.286	408.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.906	1.906	0	1.906
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.137	3.137	0	3.137
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.231	-1.231	0	-1.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-280	0	206	0	-74	0	-74
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-280	0	280	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-74	0	-74	0	-74
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-104.966	1.513.920	405.805	-19.094	5.492.438	25.432	5.517.870

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	26.029.501	23.619.442
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	26.157.986	23.703.429
7.01.02	Outras Receitas	-126.105	-87.370
7.01.02.01	Resultado com a venda de bens	-4.249	6.093
7.01.02.02	Abatimentos, descontos e devoluções	-121.856	-93.463
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.380	3.383
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.160.672	-21.896.808
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.124.860	-20.223.973
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-718.255	-620.657
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.615	5.114
7.02.04	Outros	-1.320.172	-1.057.292
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-1.320.172	-1.057.292
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.868.829	1.722.634
7.04	Retenções	-335.352	-283.025
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-335.352	-283.025
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.533.477	1.439.609
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	151.720	195.122
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	174	-49
7.06.02	Receitas Financeiras	120.861	165.354
7.06.03	Outros	30.685	29.817
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	30.685	29.817
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.685.197	1.634.731
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.685.197	1.634.731
7.08.01	Pessoal	522.656	474.403
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	433.264	430.013
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	303.842	321.430
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	425.435	408.885
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	425.435	408.885



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
Segundo Trimestre de 2012

(1) Informações financeiras selecionadas e operacionais:

(R\$ milhões)	2º Tri 12	2º Tri 11	1º Tri 12	Variação 2T12 X 2T11	Variação 2T12 X 1T12	1º Sem 12	1º Sem 11	Variação 1S12 X 1S11
Receita líquida	13.048,2	12.187,5	12.401,4	7%	5%	25.449,6	22.993,6	11%
Custo dos produtos vendidos	(12.038,0)	(11.335,3)	(11.497,0)	6%	5%	(23.534,9)	(21.315,6)	10%
Lucro bruto	1.010,3	852,2	904,4	19%	12%	1.914,7	1.677,9	14%
Despesas gerais, administrativas e de vendas	(612,3)	(504,2)	(574,5)	21%	7%	(1.186,8)	(1.007,2)	18%
Outros resultados operacionais, líquidos	13,5	12,5	9,5	8%	42%	23,1	21,1	9%
Resultado na venda de bens	(2,7)	3,4	(1,5)	-182%	-83%	(4,2)	6,1	-170%
Lucro operacional	408,8	363,9	338,0	12%	21%	746,7	697,9	7%
Receitas (despesas) financeiras	(84,9)	(70,1)	(62,9)	21%	35%	(147,8)	(136,5)	8%
Equivalência patrimonial	0,2	(0,2)	(0,0)	213%	927%	0,2	(0,0)	456%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda corrente e diferido	324,1	293,6	275,1	10%	18%	599,1	561,3	7%
Imposto de renda e contribuição social	(98,1)	(85,4)	(92,4)	15%	6%	(190,5)	(166,8)	14%
Incentivos fiscais	8,1	6,5	8,7	25%	-8%	16,8	14,4	16%
Lucro líquido	234,0	214,7	191,4	9%	22%	425,4	408,9	4%
Lucro atribuível a Ultrapar	232,5	212,6	190,0	9%	22%	422,6	405,6	4%
Lucro atribuível a acionistas não controladores	1,5	2,1	1,4	-30%	6%	2,9	3,3	-13%
EBITDA (*)	579,0	502,9	501,6	15%	15%	1.080,6	970,0	11%
Tons mil de GLP vendido	425,8	416,7	403,6	2%	5%	829,4	798,1	4%
M³ mil de combustíveis vendido	5.708,7	5.396,0	5.447,1	6%	5%	11.155,8	10.294,3	8%
Tons mil de químicos vendidos	185,3	152,7	186,4	21%	-1%	371,7	309,0	20%

(*) Para maiores informações sobre EBITDA, veja nota (1) na página 26.

Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas

As informações financeiras selecionadas contidas nesta análise foram extraídas das informações trimestrais consolidadas da Ultrapar.

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas controladas estão de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM no processo de convergência com o IFRS emitido pelo IASB.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

As informações financeiras da Ultragas, Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo incluídas nesta análise são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, exceto quando indicado, os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em milhões de Reais e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Comentário do Desempenho

(2) Análise do desempenho:

Receita líquida: A receita líquida consolidada da Ultrapar atingiu R\$ 13.048 milhões no 2T12, 7% acima da receita líquida apurada no 2T11, em função do crescimento de receita verificado em todos os negócios. Em relação ao 1T12, a receita líquida da Ultrapar apresentou aumento de 5%, em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2012 a receita líquida da Ultrapar totalizou R\$ 25.450 milhões, aumento de 11% em relação ao primeiro semestre de 2011.

Ultragaz: No 2T12, a Ultragaz atingiu volume de vendas de 426 mil toneladas, 2% acima do 2T11, impulsionado pelo crescimento de 7% no segmento granel, fruto do maior consumo de grandes clientes e da aquisição da Repsol, que atuava exclusivamente neste segmento, e do processo de captura de novos clientes. Em relação ao 1T12, o volume vendido apresentou crescimento de 5%, principalmente em função da sazonalidade entre os períodos. No semestre, a Ultragaz acumula um volume de vendas de 829 mil toneladas, 4% acima do 1S11. A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 973 milhões no 2T12, aumento de 3% em relação ao 2T11, principalmente em função do aumento no volume vendido. Em relação ao 1T12, a receita líquida apresentou aumento de 6%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S12, a receita líquida da Ultragaz totalizou R\$ 1.893 milhões, aumento de 4% em relação ao 1S11.

Ipiranga: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 5.709 mil metros cúbicos no 2T12, 6% acima do volume vendido no 2T11. No 2T12, o volume vendido de combustíveis para veículos leves cresceu 8%, em função do crescimento da frota de veículos e dos investimentos realizados para a expansão da rede. O volume de diesel apresentou crescimento de 5% em relação ao 2T11, em função dos investimentos realizados para captura de novos clientes e, em menor escala, do crescimento da economia brasileira. Em relação ao 1T12, houve aumento de 5% no volume total vendido, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S12, a Ipiranga acumula um volume vendido de 11.156 mil metros cúbicos, crescimento de 8% sobre o volume do 1S11. A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 11.276 milhões no 2T12, 6% acima da receita líquida do 2T11, principalmente em função do maior volume vendido. Em relação ao 1T12, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 5%, em linha com o volume sazonalmente maior. No 1S12, a receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 22.039 milhões, aumento de 11% em relação ao 1S11.

Oxitemo: O volume de vendas da Oxitemo no 2T12 totalizou 185 mil toneladas, crescimento de 21% em relação ao 2T11. No mercado interno, o volume vendido cresceu 28% (30 mil tons), principalmente decorrente de maiores vendas de glicóis e de ajustes nos estoques de clientes da Oxitemo no 2T11 ao menor patamar de crescimento da economia naquele período. Como consequência da base mais fraca no 2T11 e do crescimento nos principais segmentos atendidos pela Oxitemo, as vendas de especialidades no mercado interno aumentaram 6%. No mercado externo, o volume vendido apresentou aumento de 6% (3 mil tons), principalmente em função de maiores vendas de especialidades químicas. Em relação ao 1T12, o volume de vendas foi 1% menor (1 mil ton), redução concentrada no volume de glicóis. O volume vendido pela Oxitemo no 1S12 totaliza 372 mil toneladas, 20% acima do volume vendido no 1S11. A receita líquida da Oxitemo totalizou R\$ 724 milhões no 2T12, 26% acima do 2T11, em função do volume vendido 21% maior e do Real 23% mais depreciado, parcialmente compensados pelo preço médio em dólar 15% menor, reflexo principalmente da composição de vendas pontualmente favorável no 2T11 e da maior participação de glicóis no 2T12, com preços menores. Em relação ao 1T12, a receita líquida aumentou 12%, principalmente em função do Real 11% mais depreciado. A receita líquida acumulada no 1S12 foi de R\$ 1.371 milhões, 22% acima do 1S11.

Ultracargo: No 2T12, a armazenagem média da Ultracargo cresceu 1% em relação ao 2T11, principalmente pela maior exportação de etanol no terminal de Santos. Em relação ao 1T12, a armazenagem média apresentou aumento de 9%, devido principalmente à maior movimentação no terminal de Suape. No semestre, a Ultracargo acumula uma variação positiva de 3% na ocupação média de seus terminais em relação ao 1S11. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 74 milhões no 2T12, 9% acima do 2T11, principalmente em função da composição de produtos movimentados e contratos e de reajustes de tarifas. Em relação ao 1T12, a receita líquida aumentou 7%, em função do aumento na armazenagem média. No 1S12, a receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 143 milhões, 10% acima do 1S11.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultrapar totalizou R\$ 12.038 milhões no 2T12, 6% acima do 2T11, em função do maior custo dos produtos vendidos em todos os negócios. Em relação ao 1T12, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar apresentou aumento de 5%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2012, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar totalizou R\$ 23.535 milhões, aumento de 10% em relação ao primeiro semestre de 2011.

Ultragaz: O custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 835 milhões no 2T12, aumento de 4% em relação ao 2T11, principalmente em função do maior volume vendido, dos efeitos da inflação e de maiores

Comentário do Desempenho

custos com manutenção de bases. Em relação ao 1T12, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 5%, em função do volume sazonalmente maior. No 1S12, o custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi de R\$ 1.629 milhões, crescimento de 6% em relação ao 1S11.

Ipiranga: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 10.614 milhões no 2T12, aumento de 5% em relação ao 2T11, em função do maior volume vendido, parcialmente compensado por menores custos de etanol. Em relação ao 1T12, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga apresentou aumento de 5%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S12, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga acumula R\$ 20.765 milhões, 10% acima do montante apresentado no 1S11.

Oxiten: O custo dos produtos vendidos da Oxiten no 2T12 totalizou R\$ 560 milhões, 27% maior que o 2T11, principalmente em função do volume vendido 21% maior e do Real 23% mais depreciado, parcialmente compensados pela redução nos custos variáveis unitários em dólares. Em relação ao 1T12, o custo dos produtos vendidos aumentou 6%, principalmente em função do Real 11% mais depreciado, parcialmente compensado pela redução de 4% nos custos variáveis unitários em dólares. No 1S12, o custo dos produtos vendidos da Oxiten acumula R\$ 1.087 milhões, 26% acima do montante apresentado no 1S11.

Ultracargo: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 2T12 foi de R\$ 30 milhões, 3% acima do 2T11, principalmente em razão da maior depreciação resultante das recentes expansões de capacidade. Em relação ao 1T12, o custo dos serviços prestados aumentou 5%, principalmente em função do maior volume movimentado. No 1S12, o custo dos serviços prestados da Ultracargo totalizou R\$ 58 milhões, 5% acima do 1S11.

Lucro Bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.010 milhões no 2T12, aumento de 19% em relação ao 2T11, em função do aumento do lucro bruto observado na Ipiranga, Oxiten e Ultracargo. Em relação ao 1T12, o lucro bruto da Ultrapar apresentou aumento de 12%, em função da sazonalidade entre períodos. No 1S12, a Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.915 milhões, aumento de 14% em relação ao 1S11.

Despesas gerais, administrativas e de vendas: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar somaram R\$ 612 milhões no 2T12, 21% acima do 2T11. Em relação ao 1T12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar apresentaram aumento de 7%. No primeiro semestre de 2012, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar totalizaram R\$ 1.187 milhões, aumento de 18% em relação ao primeiro semestre de 2011.

Ultragaz: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz somaram R\$ 106 milhões no 2T12, 14% acima do 2T11, principalmente em função (i) do maior volume vendido, (ii) dos efeitos da inflação sobre despesas com pessoal e frete e (iii) maiores despesas em campanhas de marketing e vendas, parcialmente compensados por menor remuneração variável. Em relação ao 1T12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz apresentaram aumento de 9%, principalmente em decorrência do volume sazonalmente maior e maiores despesas com campanhas de marketing e vendas. No 1S12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz totalizaram R\$ 204 milhões, aumento de 14% em relação ao 1S11.

Ipiranga: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 396 milhões no 2T12, 25% acima do 2T11, principalmente em função (i) do maior volume vendido, (ii) de despesas de R\$ 13 milhões relacionadas ao retorno da marca Ipiranga às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, (iii) dos efeitos da inflação sobre as despesas, (iv) da expansão da rede de distribuição, (v) de maiores despesas com propaganda e marketing e (vi) de maiores despesas relacionadas ao meio ambiente. Em relação ao 1T12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga aumentaram 4%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 776 milhões, aumento de 21% em relação ao 1S11.

Oxiten: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten totalizaram R\$ 97 milhões no 2T12, aumento de 25% em relação ao 2T11, principalmente em função (i) do maior volume de vendas, (ii) dos efeitos da inflação, (iii) da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, e (iv) de despesas referentes a projetos de expansão do negócio. Em relação ao 1T12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten apresentaram aumento de 14%, em decorrência principalmente de maiores despesas referentes a projetos de expansão e maior remuneração variável. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 181 milhões no 1S12, aumento de 15% em relação ao 1S11.

Ultracargo: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo totalizaram R\$ 17 milhões no 2T12, aumento de 2% em relação ao 2T11, principalmente em função de maiores despesas com projetos de expansão da companhia. Em relação ao 1T12, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo apresentaram aumento de 1%, com as maiores despesas com projetos mencionadas acima compensadas por menores

Comentário do Desempenho

despesas com pessoal. As despesas gerais, administrativas e de vendas foram de R\$ 34 milhões no 1S12, aumento de 6% em relação ao 1S11.

Depreciação e amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 2T12 foi de R\$ 168 milhões, 18% acima do 2T11, em função dos maiores investimentos realizados principalmente na Ipiranga. Em relação ao 1T12, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou aumento de 3%. No 1S12, o total de custos e despesas com depreciação da Ultrapar foi R\$ 330 milhões, 18% acima do 1S11.

Lucro operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 409 milhões no 2T12, 12% acima do lucro operacional do 2T11, em função do aumento do lucro operacional da Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo. Em relação ao 1T12, o lucro operacional da Ultrapar apresentou uma aumento de 21%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S12, a Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 747 milhões, 7% maior que o lucro operacional apresentado no 1S11.

Resultado financeiro: A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 85 milhões no 2T12, R\$ 15 milhões e R\$ 22 milhões acima da despesa financeira líquida do 2T11 e do 1T12, respectivamente, principalmente em função dos efeitos das variações cambiais nos períodos. O endividamento líquido ao final do 2T12 totalizava R\$ 3.158 milhões, correspondente a 1,5x EBITDA dos últimos 12 meses, em comparação ao índice de 1,4x no 2T11 e 1,6x no 1T12. No 1S12, a Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 148 milhões, R\$ 11 milhões acima do 1S11.

Imposto de renda e contribuição social / Incentivos fiscais: A Ultrapar apresentou no 2T12 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 90 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 79 milhões no 2T11 e R\$ 84 milhões no 1T12, aumento de 14% e 8%, respectivamente, principalmente em função do aumento no lucro antes dos impostos. No 1S12, a Ultrapar apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 174 milhões, 14% acima do 1S11.

Lucro líquido: O lucro líquido do 2T12 atingiu R\$ 234 milhões, 9% e 22% acima do 2T11 e 1T12, respectivamente, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos. No 1S12, a Ultrapar apresentou um lucro líquido de R\$ 425 milhões, 4% acima do 1S11.

EBITDA: O EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 579 milhões no 2T12, 15% acima do 2T11, em função do crescimento no EBITDA da Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo. Em relação ao 1T12, o EBITDA da Ultrapar aumentou 15%, em função do maior EBITDA em todos os negócios. No primeiro semestre de 2012, o EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 1.081 milhões, aumento de 11% em relação ao primeiro semestre de 2011.

Ultragas: A Ultragas apresentou EBITDA de R\$ 65 milhões no 2T12, 18% abaixo do 2T11, principalmente em função dos efeitos da inflação sobre despesas e custos e maiores despesas com campanhas de marketing e vendas. Em relação ao 1T12, o EBITDA da Ultragas aumentou 5%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S12, o EBITDA da Ultragas totalizou R\$ 126 milhões, 17% abaixo do 1S11.

Ipiranga: A Ipiranga apresentou EBITDA de R\$ 375 milhões no 2T12, 22% acima do 2T11, montante que inclui o resultado positivo não recorrente de R\$ 22 milhões com a venda relevante de terreno e despesas de R\$ 13 milhões relacionadas ao retorno da marca Ipiranga às regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil. Excluindo esses efeitos, o EBITDA da Ipiranga totalizou R\$ 365 milhões no 2T12, 19% acima do 2T11, equivalente a uma margem EBITDA unitária de R\$ 64/m³, principalmente em função do maior volume vendido e da evolução dos preços e custos do etanol. Em relação ao 1T12, o EBITDA ex-não recorrentes da Ipiranga foi 4% maior, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S12, o EBITDA da Ipiranga totalizou R\$ 711 milhões, 20% acima do 1S11.

Oxiteno: A Oxiteno apresentou EBITDA de R\$ 98 milhões no 2T12, ou US\$ 270/ton, aumento de 22% em relação ao 2T11, principalmente em função do maior volume vendido e do efeito do Real 23% mais depreciado, parcialmente compensados pela composição de vendas pontualmente favorável no 2T11 e menores preços do glicol no mercado internacional no 2T12. Em relação ao 1T12, o EBITDA da Oxiteno apresentou aumento de 53%, principalmente em função do Real 11% mais depreciado e pela redução dos custos variáveis unitários em dólares. No 1S12, o EBITDA da Oxiteno totalizou R\$ 162 milhões, 5% acima do 1S11.

Ultracargo: A Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 36 milhões no 2T12, 19% acima do 2T11, principalmente em função de reajustes contratuais de tarifas e da melhor composição de produtos. Em relação ao 1T12, o

Comentário do Desempenho

EBITDA da Ultracargo foi 12% maior, principalmente em função da maior ocupação média em seus terminais. No 1S12, o EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 69 milhões, aumento de 17% em relação ao 1S11.

EBITDA

<i>R\$ milhões</i>	2T12	2T11	1T12	Variação 2T12 X 2T11	Variação 2T12 x 1T12	1S12	1S11	Variação 1S12 x 1S11
Ultrapar	579,0	502,9	501,6	15%	15%	1.080,6	970,0	11%
Ultragas	64,6	79,0	61,7	-18%	5%	126,3	151,5	-17%
Ipiranga	374,5	308,2	336,8	22%	11%	711,3	594,7	20%
Oxiteno	98,2	80,2	64,3	22%	53%	162,5	154,7	5%
Ultracargo	36,5	30,6	32,7	19%	12%	69,1	59,0	17%

- (1) A divulgação de informações sobre o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nossa performance operacional. A tabela abaixo apresenta a reconciliação entre o lucro operacional e o EBITDA da Ultrapar:

<i>R\$ milhões</i>	2T12	2T11	1T12	1S12	1S11
Lucro operacional	408,8	363,9	338,0	746,7	697,9
Depreciação e amortização	167,5	142,3	162,1	329,6	278,2
Resultado na venda de bens	2,7	(3,4)	1,5	4,2	(6,1)
EBITDA	579,0	502,9	501,6	1.080,6	970,0

Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, conseqüentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional, além de vincularmos esta medida a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo o resultado na venda de bens, as receitas e despesas financeiras, a equivalência patrimonial, o imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social ou dos níveis de resultado na venda de bens, depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA é uma medida útil para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de gestão. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda, depreciação, investimentos e outros encargos relacionados.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros seis meses de 2012, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais consolidadas da Ultrapar e controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e na comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de grânéis líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, através de participação na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas controladas estão de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no processo de convergência com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma *International Accounting Standards* (“IAS”) 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

As informações trimestrais individuais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

As receitas de vendas e os custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. O custo das vendas e dos serviços prestados inclui o custo de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custo de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e o custo de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são contabilizados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.
- *Hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. Mensura-se o valor justo do *hedge* e do item objeto de *hedge*.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*): instrumento financeiro derivativo designado para a proteção da exposição atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge*, o relacionamento entre os instrumentos de proteção e os itens objeto de *hedge* são documentados, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas e baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora. Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 11).

Nas informações trimestrais consolidadas, os investimentos sob controle compartilhado são consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade (vide nota explicativa nº 3). Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil-econômica dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Sociedade e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos de depreciação e amortização aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.h).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de prováveis perdas (recuperabilidade). Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil-econômica, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente, ou que possuam vida útil indefinida, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura.

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.t).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Passivos circulante e não circulante

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de proteção.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, incluindo a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de imposto de renda e contribuição social previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, vide nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desse ativo é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado periodicamente.

n. Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possam valores estimáveis, onde a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado do período.

p. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira realizadas pela Sociedade ou suas controladas são convertidas para a moeda funcional das mesmas pela taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto da Sociedade e suas controladas são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado do período até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas Oxiteno México S.A. de C.V. (“Oxiteno México”) e suas controladas, localizadas no México (moeda Pesos Mexicanos), e Oxiteno Andina, C.A. (“Oxiteno Andina”), localizada na Venezuela (moeda Bolívares Fortes), cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais), são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 5.097 de ganho cambial (perda de R\$ 4.426 em 31 de dezembro de 2011).

Conforme IAS 29, a Venezuela passou a ser considerada um país de economia hiperinflacionária a partir de 2010, conseqüentemente as informações trimestrais da Oxiteno Andina estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio do encerramento do respectivo período. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado de 30 de junho de 2012 totalizou R\$ 2.036 (perda de R\$ 857 em 30 de junho de 2011).

r. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinações de provisões para imposto de renda (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Para os ativos que não podem ser avaliados individualmente, estes são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade considera, nas projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que os fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC a qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos períodos apresentados.

t. Ajuste a valor presente

As controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP – vide nota explicativa nº 7). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS.

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Demonstrações de valor adicionado

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações as IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de junho de 2012, quais sejam:

- Instrumentos financeiros - IFRS 9
- Alterações ao IAS 32 - Apresentação de instrumentos financeiros
- Alterações ao IAS 19 - Benefícios aos empregados
- Demonstrações financeiras consolidadas - IFRS 10 e orientações de transição
- Acordos de participação - IFRS 11 e orientações de transição
- Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12 e orientações de transição
- Mensuração ao valor justo - IFRS 13
- Alterações ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Alterações ao IFRS 7 - Divulgações – transferências de ativos financeiros
- Alterações ao IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas
- Alterações ao IAS 28 - Investimentos em coligadas e controladas

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Sociedade e suas controladas não estimaram o impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

w. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 1 de agosto de 2012.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no CPC 36 (R2) e IAS 27, sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio e lucro líquidos consolidados.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	% de participação no capital social			
		30/06/2012		31/12/2011	
		Controle		Controle	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (*)	Brasil	-	50	-	50
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	99	-	99
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai Trading LTD.	China	-	100	-	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
T.T.S.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	-	100	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Maxfácil Participações S.A. (*)	Brasil	-	50	-	50
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Companhia Ultragas S.A.	Brasil	-	99	-	99
Distribuidora de Gás LP Azul S.A.	Brasil	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	Brasil	33	-	33	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (*) A Sociedade mantém participação compartilhada nessas empresas, nas quais os estatutos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade utilizando-se a consolidação proporcional, conforme permitido pelo CPC 19 (R1) e IAS 31. A RPR tem como atividade principal o refino de petróleo, a Maxfácil Participações S.A. tem como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga e a União Vopak Armazéns Gerais Ltda. tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no Porto de Paranaguá.

A controlada Oxiteno Shanghai Trading LTD. foi constituída em maio de 2012 e tem como atividade principal a representação comercial.

A T.T.S.S.P.E. foi constituída em junho de 2012 com objetivo de segregar parte da atividade de produção e venda de catalisadores destinada a alienação.

a) Combinação de negócios – aquisição da Repsol Gás Brasil S.A. (“Repsol”)

A Sociedade adquiriu, em 20 de outubro de 2011, através da sua controlada Companhia Ultragas S.A. (“Cia. Ultragas”), 100% das ações da Repsol. O valor total da aquisição foi de R\$ 49.822. Esta aquisição fortalece o negócio de GLP a granel da Ultragas, possibilitando ganhos de escala em logística e gestão, além de melhor posicionamento para o crescimento no segmento granel na região Sudeste. Após a aquisição, sua razão social foi alterada para Distribuidora de Gás LP Azul S.A.

O valor pago pela aquisição das ações foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 13.403. A mais valia para os ativos adquiridos foi apurada por avaliador independente e apresenta valor de R\$ 16.555 com base em laudo representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens. O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.151	Fornecedores	3.838
Contas a receber	2.875	Salários e encargos a pagar	1.521
Estoques	995	Outros	<u>67</u>
Adiantamento a fornecedores	1.596		5.426
Tributos a recuperar	1.092		
Outros	<u>360</u>		
	9.069		
 <u>Ativo não circulante</u>		 <u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	22.026	Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	1.140
Intangível	11.625		
Outros	265		
Ágio	<u>13.403</u>		
	47.319	Total dos passivos assumidos	6.566
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>56.388</u>	Valor pago	<u>49.822</u>

b) Aquisição em andamento

Em 28 de maio de 2012, conforme “Comunicado ao mercado”, a Sociedade, por intermédio da Oxiteno, assinou contrato de compra da totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., empresa uruguaia de especialidades químicas. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes que não foram preenchidas até a divulgação destas informações trimestrais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), debêntures e em fundos de investimentos de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro de curto prazo; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, cuja carteira era composta por títulos emitidos pelo governo norte americano; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	86	71	23.953	78.077
Em moeda estrangeira	-	-	21.578	29.523
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	175.073	178.601	1.462.788	1.668.178
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	15.176
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>175.159</u>	<u>178.672</u>	<u>1.508.319</u>	<u>1.790.954</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

São considerados como aplicações financeiras, os ativos financeiros que não são considerados caixa e equivalentes de caixa.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	83.273	52.902	478.506	638.879
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	324.913	259.091
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	158.277	93.403
Total de aplicações financeiras	<u>83.273</u>	<u>52.902</u>	<u>961.696</u>	<u>991.373</u>
Circulante	<u>83.273</u>	<u>52.902</u>	<u>836.464</u>	<u>916.936</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>125.232</u>	<u>74.437</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***5 Contas a receber de clientes (Consolidado)**

	30/06/2012	31/12/2011
Clientes nacionais	2.033.353	1.885.901
Financiamentos a clientes – Ipiranga	230.081	239.588
Clientes estrangeiros	155.070	135.098
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(122.147)</u>	<u>(116.454)</u>
	<u>2.296.357</u>	<u>2.144.133</u>
Circulante	<u>2.184.325</u>	<u>2.026.417</u>
Não circulante	<u>112.032</u>	<u>117.716</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes bruto é assim demonstrada:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30 de junho de 2012	2.418.504	2.158.919	61.146	10.909	10.995	21.447	155.088
31 de dezembro de 2011	2.260.587	1.994.399	80.635	18.088	5.788	14.944	146.733

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	116.454
Adições	9.028
Baixas por utilização	<u>(3.335)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>122.147</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

	30/06/2012			31/12/2011		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	259.892	(8.488)	251.404	272.377	(14.605)	257.772
Produtos em elaboração	1.695	-	1.695	2.841	-	2.841
Matérias-primas	213.519	(452)	213.067	197.982	(114)	197.868
Gás liquefeito de petróleo - GLP	32.713	-	32.713	41.147	-	41.147
Combustíveis, lubrificantes e graxas	672.948	(645)	672.303	633.035	(710)	632.325
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	59.517	(1.515)	58.002	58.126	(1.696)	56.430
Adiantamentos a fornecedores	57.480	-	57.480	89.103	-	89.103
Imóveis para revenda	27.760	-	27.760	32.646	-	32.646
	<u>1.325.524</u>	<u>(11.100)</u>	<u>1.314.424</u>	<u>1.327.257</u>	<u>(17.125)</u>	<u>1.310.132</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.125
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(6.117)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	92
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>11.100</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2012	31/12/2011
Ajuste ao valor de realização	7.434	13.551
Obsolescência e outras perdas	<u>3.666</u>	<u>3.574</u>
Total	<u>11.100</u>	<u>17.125</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
IRPJ e CSLL	95.352	88.591	173.882	177.244
ICMS	-	-	176.409	178.202
Provisão para perdas de ICMS (*)	-	-	(58.660)	(41.146)
Ajuste a valor presente do ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP (vide nota explicativa nº 2.t)	-	-	(1.040)	(3.007)
PIS e COFINS	-	21	185.849	211.332
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México e Oxiteno Andina	-	-	25.951	19.513
IPI	-	-	4.458	3.552
Outros	-	-	8.936	6.216
Total	95.352	88.612	515.785	551.906
Circulante	41.309	48.706	406.457	470.511
Não circulante	54.043	39.906	109.328	81.395

(*) A provisão refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

A movimentação da provisão para perdas de ICMS é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	41.146
Adições	18.328
Baixas por recebimento	(814)
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>58.660</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

	Controladora			Resultado financeiro
	Ativo			
	Mútuo	Debêntures	Total	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	770.083	770.083	52.591
Total em 30 de junho de 2012	-	770.083	770.083	52.591
Total em 31 de dezembro de 2011	3.822	775.709	779.531	
Total em 30 de junho de 2011				62.783

Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua segunda emissão de debêntures (sendo a primeira emissão privada), em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

	Consolidado			
	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ¹	A pagar ¹
Braskem S.A. (*)	-	-	-	6.459
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	-	-	513	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	556	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	648
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (*)	-	-	-	408.322
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Braskem Qpar S.A. (*)	-	-	-	4.984
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (**)	-	-	-	410
Outros	490	826	324	-
Total em 30 de junho de 2012	10.858	3.872	1.393	420.823
Total em 31 de dezembro de 2011	10.144	3.971	937	409.985

¹Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Consolidado	
	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Braskem S.A. (*)	13.772	444.097
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	2.200	-
Liquigás Distribuidora S.A.	2.694	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	6.420
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (*)	9.594	17.650.932
Braskem Qpar S.A. (*)	1.849	90.703
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (**)	-	11.617
Outros	<u>1.291</u>	<u>-</u>
Total em 30 de junho de 2012	<u>31.403</u>	<u>18.203.769</u>
Total em 30 de junho de 2011	<u>27.232</u>	<u>14.502.402</u>

(*) Vide nota explicativa nº 15 para maiores informações do relacionamento desses fornecedores com a Sociedade e suas controladas.

(**) Refere-se à parcela não eliminada das operações comerciais entre RPR e IPP, uma vez que a consolidação de RPR é proporcional e a da IPP integral.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para eventual liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.j). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa de controladas e coligadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter nossos executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros benefícios; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b). Em adição, em 2011 a Sociedade possuía plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento dos interesses de longo prazo dos diretores estatutários e acionistas, assim como a retenção destes executivos, o qual previa pagamento em 2012 aos diretores estatutários da Ultrapar em função do desempenho das ações da Sociedade entre 2006 e 2011, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos.

No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 15.100 (R\$ 13.293 em 30 de junho de 2011). Deste total, R\$ 12.886 referem-se a remuneração de curto prazo (R\$ 11.080 em 30 de junho de 2011), R\$ 1.616 a remuneração em ações (R\$ 1.616 em 30 de junho de 2011) e R\$ 598 (R\$ 597 em 30 de junho de 2011) a benefício pós-emprego. Em adição aos montantes acima, a Sociedade provisionou no semestre findo em 30 de junho de 2011 R\$ 18.206 relacionados ao plano de remuneração variável de longo prazo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas têm os direitos de voto e econômico de ações mantidas em tesouraria e a propriedade dessas ações é retida pela Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. O valor total concedido a executivos até 30 de junho de 2012, incluindo encargos tributários, foi R\$ 42.933 (R\$ 44.436 até 31 de dezembro de 2011). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao período findo em 30 de junho de 2012 no montante de R\$ 2.549 (R\$ 3.004 em 30 de junho de 2011) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
14 de dezembro de 2011	120.000	5 a 7 anos	31,85	5.272	(522)	4.750
10 de novembro de 2010	260.000	5 a 7 anos	26,78	9.602	(2.719)	6.883
16 de dezembro de 2009	250.000	5 a 7 anos	20,75	7.155	(3.139)	4.016
8 de outubro de 2008	576.000	5 a 7 anos	9,99	8.090	(5.208)	2.882
12 de dezembro de 2007	160.000	5 a 7 anos	16,17	3.570	(2.779)	791
9 de novembro de 2006	207.200	10 anos	11,62	3.322	(1.883)	1.439
14 de dezembro de 2005	93.600	10 anos	8,21	1.060	(698)	362
4 de outubro de 2004	167.900	10 anos	10,20	2.361	(1.830)	531
18 de dezembro de 2003	<u>239.200</u>	10 anos	7,58	<u>2.501</u>	<u>(2.147)</u>	<u>354</u>
	<u>2.073.900</u>			<u>42.933</u>	<u>(20.925)</u>	<u>22.008</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	26.292	22.645
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	68	690	107.197	105.160
Provisão para benefício pós-emprego (vide nota explicativa nº 24.b)	-	-	34.396	31.594
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	29.127	2.500
Parcela referente ao ágio sobre investimentos (vide nota explicativa nº 13)	-	-	177.669	220.668
Provisão para retirada de tanques	-	-	13.596	13.067
Demais provisões	-	-	59.570	61.494
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	53.919	53.007
Total	68	690	501.766	510.135
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	3.272	3.379
Arrendamento mercantil	-	-	6.525	6.644
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	56.644	22.071
Provisão para deságio sobre investimentos	-	-	810	810
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	2.745	871
Demais provisões	-	-	4.469	4.205
Total	-	-	74.465	37.980

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	160.645
De 1 a 2 anos	33	121.816
De 2 a 3 anos	-	52.880
De 3 a 5 anos	35	57.127
De 5 a 7 anos	-	70.730
De 7 a 10 anos	-	38.568
	<u>68</u>	<u>501.766</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	13.833	9.747	598.970	561.378
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(4.703)</u>	<u>(3.314)</u>	<u>(203.650)</u>	<u>(190.868)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Provisões operacionais e despesas indedutíveis/receitas não tributáveis	-	-	(1.091)	12.854
Ajuste do lucro presumido	-	-	16.304	11.772
Demais ajustes	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>(2.048)</u>	<u>(606)</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(4.691)</u>	<u>(3.302)</u>	<u>(190.485)</u>	<u>(166.848)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.776</u>	<u>14.404</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(4.691)</u>	<u>(3.302)</u>	<u>(173.709)</u>	<u>(152.444)</u>
Corrente	(4.069)	(3.334)	(147.213)	(130.588)
Diferido	(622)	32	(43.272)	(36.260)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	16.776	14.404

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia	75	2012
	Base de Mataripe	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu	75	2012
	Terminal de Suape	75	2020

A controlada Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) protocolou pedido de reconhecimento de redução de IRPJ para sua planta de Camaçari junto à SUDENE, o qual encontra-se em análise. Caso seja deferido o pleito, a controlada reconhecerá os efeitos em resultado retroativamente a 1º de janeiro de 2012.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de contribuição social sobre o lucro (CSLL) a compensar

A Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 160.486 (R\$ 158.437 em 31 de dezembro de 2011) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 153.303 (R\$ 148.861 em 31 de dezembro de 2011), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	30/06/2012	31/12/2011
Aluguéis	53.217	49.937
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	17.804	21.066
Manutenção de software	13.835	16.233
Prêmios de seguros	8.566	10.149
Propaganda e publicidade	20.540	3.589
Compras de vale alimentação e transporte	4.343	4.670
Tributos e demais despesas antecipadas	6.390	3.775
	<u>124.695</u>	<u>109.419</u>
Circulante	<u>58.397</u>	<u>40.221</u>
Não circulante	<u>66.298</u>	<u>69.198</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas (Controladora)

	30 de junho de 2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	824.171	3.002.438	8.478.465	202.759
Passivo	3.741	715.906	6.084.120	147.058
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	820.430	2.286.590	2.394.345	55.701
Receita líquida de vendas e serviços	-	445.233	21.987.271	60.703
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados - R\$	39.547	70.299	301.558	6.089
	31 de dezembro de 2011			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	810.547	2.927.945	7.773.605	198.991
Passivo	29.664	721.148	5.489.165	142.058
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	780.883	2.206.872	2.284.440	56.933

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30 de junho de 2011			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Receita líquida de vendas e serviços	-	372.658	21.750.560	158.000
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados - R\$	34.479	73.627	290.130	2.436

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	2.394.345	2.284.440	301.558	290.130
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	2.286.590	2.206.872	70.299	73.627
Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda.	820.430	780.883	39.547	34.479
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	18.495	18.904	2.022	918
	<u>5.519.860</u>	<u>5.291.099</u>	<u>413.426</u>	<u>399.154</u>

O quadro a seguir resume a participação de 33% na RPR atribuída à Sociedade:

	30/06/2012	31/12/2011
Ativo circulante	35.716	37.385
Ativo não circulante	31.608	28.688
Passivo circulante	17.998	11.850
Passivo não circulante	<u>30.831</u>	<u>35.319</u>
Patrimônio líquido	<u>18.495</u>	<u>18.904</u>
	30/06/2012	30/06/2011
Receita líquida	20.156	52.462
Custos e despesas operacionais	<u>(16.958)</u>	<u>(50.762)</u>
Lucro operacional	3.198	1.700
Resultado financeiro e imposto de renda	<u>(1.176)</u>	<u>(613)</u>
Lucro líquido	<u>2.022</u>	<u>1.087</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Sociedades coligadas (Consolidado)

	Movimentação dos investimentos			Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	
Movimentação dos investimentos:				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.828	2.105	3.693	12.626
Equivalência patrimonial	139	96	(61)	174
Dividendos recebidos	<u>(146)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(146)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>6.821</u>	<u>2.201</u>	<u>3.632</u>	<u>12.654</u>

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”) que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. que tem como atividade principal a indústria, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente essas coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.

Nas informações trimestrais consolidadas, o investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pela equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2012, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

30 de junho de 2012					
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.707	13.113	112	407	23
Ativo não circulante	21.463	90.422	9.377	707	3.133
Passivo circulante	556	6.646	-	24	104
Passivo não circulante	332	88.086	2.226	1.708	4.057
Patrimônio líquido	27.282	8.803	7.263	(618)	(965)
Receita líquida	2.457	16.479	-	-	-
Custos, despesas e receitas operacionais	(2.015)	(15.958)	(72)	(74)	254
Resultado financeiro e imposto de renda	110	(138)	(49)	3	(11)
Lucro (prejuízo) líquido do período	553	383	(121)	(71)	244
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
31 de dezembro de 2011					
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.282	11.049	774	332	25
Ativo não circulante	22.032	93.310	8.836	842	3.132
Passivo circulante	668	6.638	-	13	61
Passivo não circulante	332	89.301	2.226	1.708	4.304
Patrimônio líquido	27.314	8.420	7.384	(547)	(1.208)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33
30 de junho de 2011					
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	1.926	13.538	-	-	-
Custos, despesas e receitas operacionais	(1.809)	(13.671)	(55)	(63)	4
Resultado financeiro e imposto de renda	149	(413)	24	30	(1)
Lucro (prejuízo) líquido do período	266	(546)	(31)	(33)	3

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2011	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2012
Custo:								
Terrenos	-	356.012	11.771	-	14.676	(7.222)	608	375.845
Edificações	28	1.098.278	1.137	-	31.187	(13.003)	3.355	1.120.954
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	405.054	3.383	-	14.250	(289)	-	422.398
Máquinas e equipamentos	12	3.178.694	44.902	-	50.437	(7.215)	24.321	3.291.139
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.639.532	61.959	-	42.049	(4.796)	-	1.738.744
Tanques e vasilhames para GLP	12	415.905	41.802	-	-	(15.413)	-	442.294
Veículos	8	192.163	6.469	-	4.099	(8.819)	270	194.182
Móveis e utensílios	8	110.806	1.117	-	(53)	(99)	903	112.674
Obras em andamento	-	232.054	181.693	-	(148.910)	(4)	2.659	267.492
Adiantamentos a fornecedores	-	11.482	10.103	-	(8.089)	-	-	13.496
Importações em andamento	-	166	18	-	(106)	-	-	78
Equipamentos de informática	5	187.070	2.575	-	2.776	(2.075)	191	190.537
		<u>7.827.216</u>	<u>366.929</u>	<u>-</u>	<u>2.316</u>	<u>(58.935)</u>	<u>32.307</u>	<u>8.169.833</u>
Depreciação acumulada:								
Edificações		(465.608)	-	(17.543)	(1.120)	5.570	(2.597)	(481.298)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(212.492)	-	(12.786)	16	260	-	(225.002)
Máquinas e equipamentos		(1.443.487)	-	(102.064)	(1.347)	5.819	(24.879)	(1.565.958)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(892.860)	-	(46.049)	22	3.977	-	(934.910)
Tanques e vasilhames para GLP		(205.213)	-	(12.552)	-	5.840	-	(211.925)
Veículos		(96.127)	-	(3.929)	366	6.773	(185)	(93.102)
Móveis e utensílios		(74.338)	-	(4.318)	371	87	(820)	(79.018)
Equipamentos de informática		(156.488)	-	(6.098)	(16)	1.908	(135)	(160.829)
		<u>(3.546.613)</u>	<u>-</u>	<u>(205.339)</u>	<u>(1.708)</u>	<u>30.234</u>	<u>(28.616)</u>	<u>(3.752.042)</u>
Provisão para perdas:								
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.475)	-	-	-	-	-	(1.475)
		<u>(1.672)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.672)</u>
Custo líquido		<u>4.278.931</u>	<u>366.929</u>	<u>(205.339)</u>	<u>608</u>	<u>(28.701)</u>	<u>3.691</u>	<u>4.416.119</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Software	Tecnologia	Direitos de propriedade comercial	Fundo de comércio	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	705.989	84.790	15.600	11.917	717.068	3.813	1.539.177
Adições	-	14.574	-	-	226.779	98	241.451
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Transferências	-	(11)	-	-	(360)	(19)	(390)
Amortizações	-	(14.959)	(3.057)	(275)	(112.406)	(38)	(130.735)
Variação cambial	-	787	-	-	-	171	958
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>705.989</u>	<u>85.181</u>	<u>12.543</u>	<u>11.642</u>	<u>831.081</u>	<u>4.022</u>	<u>1.650.458</u>
Prazo médio ponderado de amortização (anos)	-	5	5	30	5	7	

Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	30/06/2012	31/12/2011
Ágio na aquisição de:		
Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
DNP	24.736	24.736
Repsol	13.403	13.403
Outros	2.278	2.278
	<u>705.989</u>	<u>705.989</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGC.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento e de desconto utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2011 além do período de 5 anos variaram de 0% a 8% e 10,5% a 28,2%, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

A Sociedade registra como tecnologia, certos direitos de uso detidos pelas controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de etileno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de graneis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

As despesas de amortização foram reconhecidas no resultado do período, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2012	30/06/2011
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.009	5.093
Despesas com vendas e comerciais	110.220	85.218
Despesas gerais e administrativas	13.506	11.168
	<u>130.735</u>	<u>101.479</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 12.216 no semestre findo em 30 de junho de 2012 (R\$ 10.498 em 30 de junho de 2011).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	30/06/2012	31/12/2011	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2012 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	502.857	466.197	US\$	+7,2	2015
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	121.369	125.813	US\$	+2,2	< 356 dias
Financiamento externo (c)	120.688	111.868	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2014
BNDES (d)	70.797	72.869	US\$	+5,5	2012 a 2018
Adiantamento de Cambiais					
Entregues	50.821	45.692	US\$	+1,6	<111 dias
Instituições financeiras (e)	41.371	-	US\$	+2,4	2017
Instituições financeiras (e)	36.933	21.784	Bs (ii)	+12,6	2012 a 2014
Instituições financeiras (e)	34.676	28.454	MX\$ + TIIE (iii)	+1,4	2014 a 2016
FINIMP	980	878	US\$	+7,0	2012
BNDES (d)	297	-	UMBNDDES (iv)	+ 6,9	2016
Subtotal	<u>980.789</u>	<u>873.555</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pré-fixado (f)	1.857.464	2.208.109	R\$	+11,9	2013 a 2015
Debêntures – 4ª emissão (g)	811.895	-	CDI	+108,2	2015
BNDES (d)	779.515	890.865	TJLP (v)	+2,8	2012 a 2019
Banco do Brasil pós-fixado (f)	643.490	213.055	CDI	+101,4	2014
Debêntures – 3ª emissão (g)	211.152	1.002.451	CDI	+108,5	2012
Empréstimo – MaxFácil	90.338	86.364	CDI	+100,0	2012
Banco do Nordeste do Brasil	79.463	86.108	R\$	+8,5 (vii)	2018
BNDES (d)	52.700	57.626	R\$	+5,8	2015 a 2021
Arrendamento mercantil financeiro (h)	43.083	42.356	IGP-M (vi)	+5,6	2031
FINEP	34.074	45.647	TJLP (v)	+0,4	2013 a 2014
Debêntures – RPR (g)	20.150	19.102	CDI	+118,0	2014
FINEP	10.899	10.904	R\$	+4,0	2019 a 2021
FINAME	1.260	2.106	TJLP (v)	+2,8	2012 a 2013
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (h)	881	1.297	R\$	+14,7	2012 a 2014
Subtotal	<u>4.636.364</u>	<u>4.665.990</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>10.926</u>	<u>22.089</u>			
Total	<u>5.628.079</u>	<u>5.561.634</u>			
Circulante	<u>1.954.396</u>	<u>2.304.999</u>			
Não circulante	<u>3.673.683</u>	<u>3.256.635</u>			

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) Bs = bolívar forte venezuelano.
- (iii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iv) UMBNDES = unidade monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É uma “cesta de moedas” representando a composição das obrigações de dívida em moeda estrangeira do BNDES. Em junho de 2012, esta composição refletia em 97% o dólar norte-americano.
- (v) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do BNDES. Em 30 de junho de 2012, a TJLP estava fixada em 6% a.a.
- (vi) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vii) Contrato vinculado à taxa do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), fundo que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2012, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/06/2012	31/12/2011
De 1 a 2 anos	1.406.957	1.214.029
De 2 a 3 anos	1.398.603	879.137
De 3 a 4 anos	649.708	976.172
De 4 a 5 anos	134.289	93.970
Mais de 5 anos	84.126	93.327
	<u>3.673.683</u>	<u>3.256.635</u>

Conforme CPC 8 (R1) e IAS 39, os custos de transação e prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.i).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,2% a.a., pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em junho de 2006. O preço da emissão foi de 98,7% do valor de face da nota, o que representou um rendimento total para o investidor de 7,4% a.a. no momento da emissão. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela Oxiteno S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, anteriormente mencionadas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis à Sociedade quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração para transações com controlador direto ou indireto da Sociedade, ou controlada deste, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e controladas.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. *Financiamento externo*

A controlada Oxiteno Overseas Corp. possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões. O financiamento externo possui vencimento em junho de 2014, e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência da emissão do financiamento externo, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente existem as seguintes restrições impostas à Sociedade:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. *BNDES*

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México e Oxiteno Andina possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos dos empréstimos pré-fixados para 98,8% do CDI em média (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação.

Durante o primeiro e segundo trimestres de 2012 a IPP renegociou empréstimos que venceriam durante estes períodos, nos valores de R\$ 353,0 milhões e R\$ 56,5 milhões respectivamente, alterando seus vencimentos para janeiro e abril de 2014 com taxa pós-fixada de 103% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos entre 2013 e 2015, distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	30/06/2012
mar/13	655.607
mai/13	390.086
jan/14	362.979
mar/14	223.505
abr/14	57.005
mai/14	401.913
mai/15	409.859
	2.500.954

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,2% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados ao pagamento do resgate antecipado parcial das debêntures integrantes da terceira emissão, com vencimento em dezembro de 2012 e remuneração de 108,5% do CDI.

- Em dezembro de 2009, a Sociedade concluiu a revisão de certos termos e condições de sua terceira emissão de debêntures, em série única de 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. Com isso, a remuneração das debêntures foi reduzida para 108,5% do CDI e sua data de vencimento foi estendida para 4 de dezembro de 2012. Em abril de 2011, a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 200 debêntures e em março de 2012 a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 800 debêntures. As debêntures possuem pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Em novembro de 2010, a RPR efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 50 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia flutuante, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	30 de novembro de 2014
Pagamento do valor nominal:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Remuneração:	118,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Repactuação:	Não haverá repactuação

A RPR recebeu os recursos oriundos desta emissão em janeiro de 2011. A Sociedade consolidou a parte proporcional à sua participação na RPR.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

As controladas Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”) mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro principalmente relacionados a equipamentos de informática e veículos para transporte de combustíveis. Esses contratos têm prazos entre 36 e 60 meses.

As controladas Serma e Tropical têm a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, registrados em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão abaixo demonstrados:

	30 de junho de 2012		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	37.147	1.032	858
Financiamento (valor presente)	<u>43.083</u>	<u>666</u>	<u>215</u>
Circulante	1.498	479	215
Não circulante	41.585	187	-
	31 de dezembro de 2011		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	39.645	1.541	865
Financiamento (valor presente)	<u>42.356</u>	<u>952</u>	<u>345</u>
Circulante	1.419	542	261
Não circulante	40.937	410	84

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	30 de junho de 2012		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.655	534	295
De 1 a 2 anos	3.655	188	-
De 2 a 3 anos	3.655	9	-
De 3 a 4 anos	3.655	-	-
De 4 a 5 anos	3.655	-	-
Mais de 5 anos	<u>50.558</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>68.833</u>	<u>731</u>	<u>295</u>

	31 de dezembro de 2011		
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.540	622	365
De 1 a 2 anos	3.540	385	113
De 2 a 3 anos	3.540	55	-
De 3 a 4 anos	3.540	-	-
De 4 a 5 anos	3.540	-	-
Mais de 5 anos	<u>50.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>68.440</u>	<u>1.062</u>	<u>478</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30 de junho de 2012
Banco do Brasil (f)	0,6%	21.512	2.926	(5.095)	19.343
Debêntures (g)	0,4%	6.023	6.515	(2.499)	10.039
Notas no mercado externo (b)	0,2%	3.697	-	(211)	3.486
Outros	0,3%	810	-	(122)	688
Total		<u>32.042</u>	<u>9.441</u>	<u>(7.927)</u>	<u>33.556</u>

O montante a apropriar ao resultado no futuro tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	11.185	6.264	1.894	-	-	19.343
Debêntures (g)	3.750	3.528	2.761	-	-	10.039
Notas no mercado externo (b)	996	996	996	498	-	3.486
Outros	313	298	77	-	-	688
Total	<u>16.244</u>	<u>11.086</u>	<u>5.728</u>	<u>498</u>	<u>-</u>	<u>33.556</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por garantias reais no montante de R\$ 133.772 em 30 de junho de 2012 (R\$ 89.231 em 31 de dezembro de 2011) e por avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 1.761.847 em 30 de junho de 2012 (R\$ 1.841.760 em 31 de dezembro de 2011).

Além disso, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 184.349 em 30 de junho de 2012 (R\$ 135.051 em 31 de dezembro de 2011).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 5.771 em 30 de junho de 2012 (R\$ 11.843 em 31 de dezembro de 2011), com vencimentos de até 210 dias. Até 30 de junho de 2012, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido no passivo circulante é de R\$ 141 em 30 de junho de 2012 (R\$ 286 em 31 de dezembro de 2011), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 30 de junho de 2012 não havia casos de inadimplência em relação a dívidas da Sociedade e suas controladas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***15 Fornecedores (Consolidado)**

	30/06/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	905.796	1.024.697
Fornecedores estrangeiros	<u>68.186</u>	<u>50.406</u>
	<u><u>973.982</u></u>	<u><u>1.075.103</u></u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e eteno da Braskem e da Braskem Qpar S.A. (vide nota explicativa nº 8.a). Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade. A Sociedade acredita que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	30/06/2012	31/12/2011
Salários e honorários	6.020	5.207
Encargos sociais	22.425	27.748
Provisões sobre folha de pagamento	102.374	89.167
Participação nos lucros, bônus e prêmios	57.694	144.144
Benefícios	1.122	1.121
Outros	<u>1.435</u>	<u>958</u>
	<u><u>191.070</u></u>	<u><u>268.345</u></u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	30/06/2012	31/12/2011
ICMS	61.609	55.055
PIS e COFINS	7.756	16.818
IPI	18.602	14.604
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.275	5.180
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2.415	3.863
ISS	4.614	4.763
IVA das controladas Oxiteno México e Oxiteno Andina	10.123	8.340
Outros	1.032	1.030
	<u>107.426</u>	<u>109.653</u>

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	67.504
Adições (novos tanques)	1.119
Gastos com tanques retirados	(828)
Despesa com atualização monetária	1.858
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>69.653</u>
	<u>69.653</u>
Circulante	6.249
Não circulante	63.404

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2012	31/12/2011
Programa de fidelidade Km de Vantagens	15.069	15.983
Taxa inicial de franquia am/pm	12.472	12.472
	<u>27.541</u>	<u>28.455</u>
Circulante	18.988	19.731
Não circulante	8.553	8.724

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga. O cliente pode trocar os pontos por descontos em produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Ipiranga. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade são considerados parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III. O capital social subscrito e integralizado está representado por 544.383.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2012 estavam em circulação no exterior 46.075.599 ações ordinárias na forma de ADRs.

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. No primeiro semestre de 2012, não houve recompra de ações.

Em 30 de junho de 2012, 8.321.556 ações ordinárias eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

O preço das ações de emissão da Sociedade em 30 de junho de 2012 na BM&FBOVESPA era de R\$ 45,20.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 13,14 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários das provisões constituídas por essas controladas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros. Em todos os casos, os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre controladas no exterior (i) com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

g. Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 273.453 (R\$ 0,51 por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2012 e pagos em 2 de março de 2012.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Informações por segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2012	30/06/2011
Receita líquida:		
Ultragaz	1.893.162	1.811.893
Ipiranga	22.039.490	19.935.338
Oxiteno	1.371.058	1.122.309
Ultracargo	143.291	129.861
Outros ⁽¹⁾	46.396	75.840
Vendas entre segmentos	(43.796)	(81.676)
Total	<u>25.449.601</u>	<u>22.993.565</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	460	745
Ipiranga	615	5.511
Oxiteno	-	-
Ultracargo	13.091	13.563
Outros ⁽¹⁾	29.630	61.857
Total	<u>43.796</u>	<u>81.676</u>
Receita líquida de vendas, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.892.702	1.811.148
Ipiranga	22.038.875	19.929.827
Oxiteno	1.371.058	1.122.309
Ultracargo	130.200	116.298
Outros ⁽¹⁾	16.766	13.983
Total	<u>25.449.601</u>	<u>22.993.565</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	57.251	94.731
Ipiranga	526.311	449.981
Oxiteno	104.713	103.461
Ultracargo	52.841	44.712
Outros ⁽¹⁾	5.624	4.998
Total	<u>746.740</u>	<u>697.883</u>
Receitas financeiras	120.861	165.354
Despesas financeiras	(268.631)	(301.859)
Equivalência patrimonial de coligadas	174	(49)
Lucro antes dos impostos	<u>599.144</u>	<u>561.329</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	30/06/2012	30/06/2011
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	98.270	160.328
Ipiranga	357.658	262.959
Oxiteno	74.488	47.147
Ultracargo	69.598	38.108
Outros ⁽¹⁾	8.366	10.513
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	<u>608.380</u>	<u>519.055</u>
Arrendamento mercantil financeiro	-	(43.009)
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(1.119)	(1.044)
Juros capitalizados	<u>(4.891)</u>	<u>(1.555)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u><u>602.370</u></u>	<u><u>473.447</u></u>
	30/06/2012	30/06/2011
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	65.449	56.040
Ipiranga	182.202	151.486
Oxiteno	59.908	51.355
Ultracargo	16.290	14.214
Outros ⁽¹⁾	5.778	5.125
Total	<u><u>329.627</u></u>	<u><u>278.220</u></u>
	30/06/2012	31/12/2011
Ativos totais:		
Ultragaz	2.559.358	1.868.270
Ipiranga	6.017.191	6.633.132
Oxiteno	3.453.751	3.454.518
Ultracargo	1.095.101	1.068.780
Outros ⁽¹⁾	731.039	718.039
Total	<u><u>13.856.440</u></u>	<u><u>13.742.739</u></u>

(1) A linha “Outros” é formada principalmente pela controladora Ultrapar e pela participação na RPR.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis estão localizados no Brasil, exceto aqueles localizados no México, no montante de R\$ 39.578 em 30 de junho de 2012 (R\$ 30.853 em 31 de dezembro de 2011) e na Venezuela no montante de R\$ 18.934 em 30 de junho de 2012 (R\$ 17.021 em 31 de dezembro de 2011). A partir de abril de 2012, com a aquisição de planta de especialidades químicas, a Sociedade também passou a ter ativos imobilizados nos Estados Unidos, no montante de R\$ 32.293 em 30 de junho de 2012, com início de operação previsto para 2013.

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	30/06/2012	30/06/2011
Receita líquida das vendas:		
Brasil	25.043.651	22.638.951
México	59.949	49.281
Venezuela	62.594	60.407
Outros países da América Latina	160.715	135.211
Estados Unidos e Canadá	54.436	52.091
Extremo Oriente	17.865	17.377
Europa	24.363	25.018
Outros	26.028	15.229
Total	<u>25.449.601</u>	<u>22.993.565</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Ativos e passivos em moeda estrangeira**

Valores em milhões de Reais	30/06/2012	31/12/2011
Ativos em moeda estrangeira		
Ativos financeiros em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	346,5	303,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	154,5	134,9
Investimentos em controladas no exterior	194,4	115,3
	<u>695,4</u>	<u>554,0</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(980,5)	(873,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(33,9)	(2,8)
	<u>(1.014,4)</u>	<u>(876,4)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>351,8</u>	<u>348,5</u>
Posição líquida ativa	32,8	26,1
Posição líquida passiva – RPR ¹	<u>(0,3)</u>	<u>(8,3)</u>
Posição líquida ativa – Total	32,5	17,8

¹ Montante destacado pela RPR possuir gestão financeira independente da Sociedade. A posição líquida passiva em 30 de junho de 2012 da RPR reflete o montante de R\$ 0,3 milhão de financiamento em moeda estrangeira do BNDES.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição de R\$ 32,8 milhões ativa em moeda estrangeira:

<u>Valores em milhões de Reais</u>		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
	<u>Risco</u>	<u>10%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(6,6)	(16,5)	(33,1)
(2) Efeito no patrimônio líquido		9,9	24,7	49,5
(1) + (2)	Efeito	3,3	8,2	16,4
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	6,6	16,5	33,1
(4) Efeito no patrimônio líquido		(9,9)	(24,7)	(49,5)
(3) + (4)	Efeito	(3,3)	(8,2)	(16,4)

O ganho/perda reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre, principalmente, das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior (vide nota explicativa nº 2.q).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao CDI, conforme apontado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 30 de junho de 2012 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas de pré-fixado para taxa flutuante (CDI).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Riscos de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	30/06/2012	31/12/2011
Ipiranga	104.665	101.318
Ultragaz	15.034	13.107
Oxiteno	1.834	1.415
Ultracargo	614	614
Total	<u>122.147</u>	<u>116.454</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Riscos de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses totaliza R\$ 1.954 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2012 totaliza R\$ 1.088 milhões. Em 30 de junho de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 2.345 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo		Valores a pagar ou a receber no período (30/06/2012)	
			30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	Valor a receber	Valor a pagar
			R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos	Bradesco, Citibank, Itaú, JP Morgan, Santander	jul/2012 a abr/2017	US\$ 185,9	US\$ 198,9	375,2	373,3	375,2	-
Passivo em taxa de juros CDI			(US\$ 185,9)	US\$ (198,9)	(354,7)	(367,9)	-	354,7
Resultado acumulado			-	-	20,5	5,4	375,2	354,7
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	jul/2012 a out/2012	US\$ 11,9	US\$ 13,3	24,1	24,5	24,1	-
Passivo em dólares norte-americanos			(US\$ 11,9)	US\$ (13,3)	(23,4)	(24,8)	-	23,4
Resultado acumulado			-	-	0,7	(0,3)	24,1	23,4
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré fixada		mar/2013 a mai/2015	R\$ 1.400,0	R\$ 1.809,5	1.873,2	2.229,4	1.873,2	-
Passivo em taxa de juros CDI	Banco do Brasil		(R\$ 1.400,0)	R\$ (1.809,5)	(1.734,3)	(2.152,5)	-	1.734,3
Resultado acumulado			-	-	138,9	76,9	1.873,2	1.734,3
Resultado acumulado total bruto					160,1	82,0	2.272,5	2.112,4
Imposto de renda					(12,7)	(10,7)	(12,7)	-
Resultado acumulado total líquido					147,4	71,3	2.259,8	2.112,4
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					158,3	93,4		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(10,9)	(22,1)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2012, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI de R\$ 36,4 milhões, dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de junho de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de swap em aberto que totalizavam US\$ 185,9 milhões de principal dos quais (i) US\$ 125,9 milhões, na média, tinham posição ativa a US\$ + 4,7% a.a. e posição passiva a 118,8% do CDI e (ii) US\$ 60,0 milhões tinham posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,0 % a.a. e posição passiva a 86,9% do CDI.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2012, estes contratos de swap totalizavam US\$ 11,9 milhões e na média tinham uma posição ativa a 76,0% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 30 de junho de 2012 estes contratos de swap totalizavam R\$ 1.400,0 milhões de valor *nocional* e, na média, tinham uma posição ativa em 11,9% a.a. e passiva a 98,8% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais. Conforme item (c) da tabela anterior, em 30 de junho de 2012 esses instrumentos de proteção totalizavam R\$ 1.400,0 milhões de valor *nocional*. A Sociedade e suas controladas reconheceram um ganho de R\$ 22,3 milhões em 30 de junho de 2012, sendo R\$ 68,0 milhões referentes ao resultado dos instrumentos de proteção e R\$ (45,7) milhões referentes ao ajuste de valor justo da dívida.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 30 de junho de 2012 e de 2011 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	30 de junho de 2012	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(9,7)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(0,2)	-
c - Swaps de juros em Reais	22,3	-
	<hr/>	<hr/>
Total	12,4	-
	<hr/>	<hr/>
	30 de junho de 2011	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(12,5)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	16,9	-
c - Swaps de juros em Reais	5,6	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(1,4)	1,5
e - NDFs (<i>non-deliverable forwards</i>) - RPR	(0,9)	0,9
f - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR	0,0	-
	<hr/>	<hr/>
Total	7,7	2,4
	<hr/>	<hr/>

A tabela acima não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida) e considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Categoria	30/06/2012		31/12/2011	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo	45.531	45.531	107.600	107.600
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo	1.462.788	1.462.788	1.668.178	1.668.178
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo	-	-	15.176	15.176
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	471.313	471.313	631.686	631.686
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até vencimento	7.193	7.193	7.193	7.193
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	324.913	324.913	259.091	259.091
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	158.277	158.277	93.403	93.403
Total		<u>2.470.015</u>	<u>2.470.015</u>	<u>2.782.327</u>	<u>2.782.327</u>
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo	1.857.464	1.857.464	2.208.109	2.208.109
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	2.672.528	2.726.481	2.266.230	2.305.088
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	1.043.197	1.034.129	1.021.553	1.019.727
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	43.964	43.964	43.653	43.653
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	10.926	10.926	22.089	22.089
Total		<u>5.628.079</u>	<u>5.672.964</u>	<u>5.561.634</u>	<u>5.598.666</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4), (iii) financiamento do Banco do Brasil que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14.f) e (iv) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.j), que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, contas a receber de clientes está classificado como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Categoria	30/06/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo	45.531	45.531	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo	1.462.788	1.462.788	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	471.313	471.313	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	324.913	5.154	319.759	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	158.277	-	158.277	-
Total		2.462.822	1.984.786	478.036	-
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo	1.857.464	-	1.857.464	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	10.926	-	10.926	-
Total		1.868.390	-	1.868.390	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	31/12/2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. ao valor justo	107.600	107.600	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo	1.668.178	1.668.178	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo	15.176	15.176	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	631.686	631.686	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	259.091	-	259.091	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	93.403	-	93.403	-
Total		2.775.134	2.422.640	352.494	-
Passivos financeiros:					
Financiamentos – Banco do Brasil pré-fixado	Mens. ao valor justo	2.208.109	-	2.208.109	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo	22.089	-	22.089	-
Total		2.230.198	-	2.230.198	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 29 de junho de 2012. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 2,61 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2012, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de junho de 2012 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólar				
(1) Swaps dólar norte-americano/ Real	Apreciação do	46.680	152.604	258.527
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	dólar	(46.672)	(152.588)	(258.503)
(1) + (2)	Efeito Líquido	8	16	24
Swaps cambiais passivos em dólar				
(3) Swaps Real/ dólar norte-americano	Depreciação do	(45)	5.976	11.996
(4) Margem bruta da Oxiteno	dólar	45	(5.976)	(11.996)
(3) + (4)	Efeito Líquido	-	-	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 29 de junho de 2012 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	54.052	111.470
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(54.062)	(111.483)
(1) + (2)	Efeito Líquido	-	(10)	(13)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2012
IRPJ e CSLL	256.165	15.731	-	8.709	280.605
PIS e COFINS	82.612	1.176	-	2.843	86.631
ICMS	73.389	711	(8.745)	2.934	68.289
INSS	14.305	161	(127)	499	14.838
Cíveis	81.541	3.417	(3.612)	85	81.431
Trabalhistas	45.145	4.407	(5.560)	393	44.385
Outras	978	29	(24)	33	1.016
Total	<u>554.135</u>	<u>25.632</u>	<u>(18.068)</u>	<u>15.496</u>	<u>577.195</u>
Circulante	41.347				42.626
Não circulante	512.788				534.569

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionadas no montante de R\$ 359.456 em 30 de junho de 2012 (R\$ 328.865 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Processos tributários

Contingências prováveis ativas e passivas

A Sociedade e algumas de suas controladas possuem medidas judiciais com pedido de liminar visando não se submeterem à legislação que restringiu a compensação dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases negativas (CSLL) apurados até 1994 a 30% do lucro do exercício. Em decorrência do posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essa contingência no valor de R\$ 6.801 em 30 de junho de 2012 (R\$ 6.707 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e o recurso extraordinário apresentado encontra-se sobrestado até o julgamento do *leading case* pelo STF. Amparada por decisão proferida em Medida Cautelar vinculada aos autos da ação principal, a controlada efetuou depósitos judiciais dos valores questionados e mantém provisão para essa contingência no valor de R\$ 18.807 em 30 de junho de 2012 (R\$ 18.413 em 31 de dezembro de 2011).

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, RPR, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 79.481 em 30 de junho de 2012 (R\$ 75.636 em 31 de dezembro de 2011). Com relação às controladas EMCA, Tropical, Oxiteno S.A., Cia. Ultragaz e Tequimar, foram proferidas sentenças denegando a segurança; atualmente os processos aguardam julgamento de recursos interpostos para reversão da decisão contrária. No que tange ao processo relativo à controlada Oxiteno Nordeste, em 2 de maio de 2007 foi proferida sentença concedendo a segurança; atualmente o processo aguarda julgamento do recurso de ofício. Por fim, no que se refere às controladas IPP e RPR, os processos aguardam prolação da sentença.

A Sociedade e suas controladas obtiveram medidas liminares para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 37.049, já deduzidos os honorários advocatícios.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para PIS e COFINS incidentes sobre créditos de juros sobre capital próprio. O valor total provisionado é de R\$ 4.351 em 30 de junho de 2012 (R\$ 4.236 em 31 de dezembro de 2011).

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 266.774 em 30 de junho de 2012 (R\$ 242.058 em 31 de dezembro de 2011) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

A controlada Oxiteno S.A. possui provisão de R\$ 14.965 em 30 de junho de 2012 (R\$ 14.285 em 31 de dezembro de 2011) referente a autuação sofrida sob alegação de crédito indevido de ICMS sobre notas fiscais de retorno simbólico de matérias-primas enviadas para industrialização na controlada Oxiteno Nordeste.

A controlada IPP e suas controladas possuem provisões para contingências relativas a ICMS referentes, principalmente, a: (a) apropriação do crédito relativo à diferença entre o valor que serviu de base para a retenção do imposto e o valor efetivamente praticado na venda a consumidor final, implicando em excesso de retenção do ICMS pelas refinarias, R\$ 3.254; (b) autuações por vendas interestaduais de combustíveis para clientes industriais sem tributação do ICMS, em virtude da interpretação do disposto no artigo 2º da LC 87/96, R\$ 11.726; (c) exigência de ICMS-ST das distribuidoras sobre as vendas interestaduais para consumidor final, em razão de não haver a retenção sob a vigência dos Convênios ICMS 105/92 e 112/93, R\$ 5.390; (d) exigência de ICMS sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, R\$ 16.872.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Contingências possíveis

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 99.150; (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o Fisco entende, erroneamente, não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 21.496; (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 24.448; (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 34.048; (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo STF, R\$ 15.770; (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 27.419; (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 20.573; (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 27.812 e (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 21.641.

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado para 30 de junho de 2012, é de R\$ 78.663 (R\$ 78.508 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Processos cíveis

Contingências prováveis

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 81.431 em 30 de junho de 2012 (R\$ 81.541 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências possíveis e remotas

A controlada Cia. Ultragas respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

A controlada Cia. Ultragas é ré em processos judiciais relativos a perdas e danos causados por explosão, em 1996, em um shopping center localizado na cidade de Osasco - SP. Tais processos envolvem: (i) processos individuais movidos por vítimas da explosão pleiteando ressarcimento por perda de benefício econômico e danos morais; (ii) solicitação de ressarcimento de despesas da administradora do shopping center e sua seguradora; e (iii) ação coletiva pleiteando indenização de danos materiais e morais de todas as vítimas lesionadas e falecidas. A controlada acredita ter produzido provas de que os dutos de gás defeituosos do shopping center causaram o acidente e que as instalações de armazenamento de GLP da Ultragas no local não contribuíram para a explosão. As ações impetradas, 65 ao todo, foram todas julgadas e, deste total, 64 lhe foram favoráveis e 45 já estão arquivadas; apenas 1 foi desfavorável e a controlada foi condenada em R\$ 17. A Sociedade não registrou provisão para esses processos, pois considera a probabilidade de realização dessa contingência como sendo remota, além de possuir cobertura de seguro para a totalidade do valor ainda em discussão judicial.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Processos trabalhistas

Contingências prováveis

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 44.385 em 30 de junho de 2012 (R\$ 45.145 em 31 de dezembro de 2011) para fazer face a contingências de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho.

Contingências possíveis

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e notificaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxitenos Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 30 de junho de 2012.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2012, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. O compromisso mínimo de compra e a demanda real acumulada em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A cláusula de compromisso mínimo de compra encontra-se em renegociação com a Braskem.

	Compromisso de compra mínima		Demanda acumulada (real)	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Em toneladas de eteno	<u>103.445</u>	<u>83.789(*)</u>	<u>105.006</u>	<u>84.041</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem durante o período.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem Qpar S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra dos contratos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as bases e demais filiais de todas as controladas, exceto a RPR, que contrata seu próprio seguro. O valor máximo indenizável, incluindo lucros cessantes, com base na análise de risco da máxima perda possível em um determinado local é de US\$ 1.509 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática.

Esses contratos têm prazos de 36 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	30/06/2012	31/12/2011
Até 1 ano	3.234	989
Mais de 1 ano	<u>5.802</u>	<u>1.005</u>
	<u>9.036</u>	<u>1.994</u>

O total de arrendamento mercantil operacional reconhecido como despesa em 30 de junho de 2012 foi R\$ 1.159 (R\$ 457 em 30 de junho de 2011).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida a seus empregados, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 30 de junho de 2012, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 7.647 (R\$ 7.063 em 30 de junho de 2011) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2012 atingiu 6.939 participantes ativos e 67 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) e plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas informações trimestrais de acordo com a Deliberação CVM 600/2009.

	30/06/2012	31/12/2011
Plano de Assistência Médica e Odontológica	45.207	43.069
Multa FGTS	37.415	33.346
Gratificação	15.226	12.966
Seguro de vida	21.649	20.652
Total	<u>119.497</u>	<u>110.033</u>
Circulante	13.282	13.282
Não circulante	106.215	96.751

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	30/06/2012	30/06/2011
Receita de vendas bruta	25.910.431	23.535.210
Receita de serviços prestados bruta	277.326	202.577
Impostos sobre vendas	(617.214)	(646.218)
Devoluções e abatimentos	(121.856)	(93.463)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	914	(4.541)
	<u>25.449.601</u>	<u>22.993.565</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>25.449.601</u>	<u>22.993.565</u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/06/2012	30/06/2011
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	23.118.094	20.870.503
Frete e armazenagens	396.489	372.127
Depreciação e amortização	329.627	278.220
Gastos com pessoal	599.391	543.128
Propaganda e marketing	82.906	67.275
Serviços prestados por terceiros	58.843	68.317
Aluguel de imóveis e equipamentos	36.717	28.896
Outras despesas	99.605	94.410
	<u>24.721.672</u>	<u>22.322.876</u>
Total	<u>24.721.672</u>	<u>22.322.876</u>

Classificado como:

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23.534.916	21.315.639
Despesas com vendas e comerciais	770.760	625.025
Despesas gerais e administrativas	415.996	382.212
	<u>24.721.672</u>	<u>22.322.876</u>
Total	<u>24.721.672</u>	<u>22.322.876</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 30 de junho de 2012 o resultado foi uma perda de R\$ 4.249 (ganho de R\$ 6.093 em 30 de junho de 2011) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	63.017	78.853	90.808	140.853
Juros de clientes	-	-	28.360	22.763
Outras receitas	-	-	1.693	1.738
	<u>63.017</u>	<u>78.853</u>	<u>120.861</u>	<u>165.354</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(180.120)	(194.053)
Juros sobre debêntures	(52.349)	(71.928)	(53.396)	(72.962)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2.621)	(852)
Encargos bancários, imposto sobre operações financeiras e outros impostos	3.185	2.766	(7.027)	(7.450)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(18.050)	(12.592)
Atualizações de provisões e outras despesas	(20)	(95)	(7.417)	(13.950)
	<u>(49.184)</u>	<u>(69.257)</u>	<u>(268.631)</u>	<u>(301.859)</u>
Resultado financeiro	<u>13.833</u>	<u>9.596</u>	<u>(147.770)</u>	<u>(136.505)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade possui um plano de remuneração em ações.

Lucro básico por ação	30/06/2012	30/06/2011
Lucro líquido da Sociedade	<u>422.568</u>	<u>405.599</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.989	533.989
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,79</u>	<u>0,76</u>
Lucro diluído por ação	30/06/2012	30/06/2011
Lucro líquido da Sociedade	<u>422.568</u>	<u>405.599</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	536.162	536.062
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,79</u>	<u>0,76</u>
Média ponderada das ações (em milhares)	30/06/2012	30/06/2011
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	533.989	533.989
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.173</u>	<u>2.073</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído:	<u>536.162</u>	<u>536.062</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Eventos subsequentes

Em 31 de julho de 2012, a controlada Tequimar adquiriu a TEMMAR - Terminal Marítimo do Maranhão S.A. O valor da aquisição totaliza R\$ 160 milhões, já incluída a dívida assumida no valor de R\$ 91 milhões. Em adição, a Tequimar pagará valor adicional mínimo de R\$ 12 milhões, podendo atingir cerca de R\$ 30 milhões em função de eventuais expansões na capacidade de armazenagem do terminal, desde que implementadas em até 7 anos. Os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos estão sendo apurados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação de tais demonstrações. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 10 de agosto de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram

relatório datado de 15 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 1º de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2